



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA DE CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Gerencia de Auditoria e Controle Interno
(19) 3806-1819



Requisição de Documentos nº 56/2016– Contábil/Orçamentária – Para Instruir o Processo de Prestação de Contas exercício 2016 – TC-4310/989/16 Resposta aos itens 4,5,6 e 7 – Controle Interno

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e de contratação dos Fiscais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR – 19, em resposta a solicitação feita referente a requisição 56/2016, nos itens 4,5,6 e 7– Controle Interno, informamos que:

Referente aos itens 4 e 5 informamos que não houve alteração.

Certificamos conforme o item 6 que o processo de implantação do Controle Interno ainda está em andamento e os seguintes relatórios já vem sido redigidos:

- Parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas anual das entidades do terceiro setor recebedora de recursos públicos (Conforme a Instrução Normativa nº 6 e 7 de 2014 – tribunal de Contas do estado de São Paulo).
- Parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas dos processos de adiantamento de valores para custear despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de execução: despesas de viagem e locomoção, materiais de consumo e serviços de terceiros; (Conforme artigos 68 e 69 da Lei 4.320/64; lei Municipal 3.710/2002; Decreto Municipal 5.413/2011).
- A Gerência de Auditoria e Controladoria vem, desde o início do exercício de 2016, atuando junto as **Secretarias, de Assistência**

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA DE CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Gerencia de Auditoria e Controle Interno
(19) 3806-1819



Social, Educação, Cultura e Turismo, Saúde, Obras, Governo, Esportes e Fundo Social de Solidariedade, além dos Fundos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente/FMDCA e do Direito da Pessoa Idosa/FMDPI, informando quanto à existência da documentação necessária para celebração de convênios com entidades do terceiro setor e relatórios certificando que a execução das atividades da entidade conveniente estão em conformidade com o estabelecido no plano de trabalho.

- Além disso, foi elaborado um **Manual de Diretrizes para a elaboração dos Planos de trabalho**, específico, com o objetivo de atender as necessidades das entidades e, desta forma, corrigir problemas levantados e apontados, pela Gerência de Auditoria e pela Secretaria de Assistência Social, além de irregularidades apontadas no Plano de trabalho, quando da análise das prestações de contas referentes aos repasses realizados as entidades, no exercício de 2015.
- O Controle Interno realizou a auditoria das prestações de contas referentes ao período de janeiro a agosto do corrente ano, oriundas das entidades do terceiro e setor, sendo que, até o presente momento, não foram encontradas irregularidades. Com um contato mais estreito e pontual, estamos tentando evitar irregularidades futuras, através de um controle preventivo, visando a melhora do desempenho e da eficácia na aplicação dos repasses realizados neste exercício de 2016.
- Todas as autorizações para pagamentos a serem efetuados pela Secretaria de Finanças, são analisadas pelo Auditor. Para melhor controle, legalidade e transparência, foi solicitado, que seja anexado, ao processo de solicitação de pagamento, cópias dos atos que ensejaram a obrigação (Leis, Decretos, Atas de Registro de Preços, Contratos, bem como os respectivos Termos Aditivos), além da informação acerca da disponibilidade de Dotação e Recursos

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA DE CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Gerencia de Auditoria e Controle Interno
(19) 3806-1819



Orçamentários aptos a suportá-los, relatórios da execução do serviço, sem os quais, não há autorização para o pagamento.

- É Importante ressaltar que o Controle Interno realizara a inserção das informações oriundas de ajustes com o terceiro setor celebrados a partir de 04/05/2015, com valor superior a 500 UFESPs, em consonância ao Comunicado SDG nº 15/2015, emitido pelo Tribunal de Contas do estado de São Paulo (Implantação do Sistema de seletividade para Contratos, Atos Jurídicos Análogos e ajustes, inclusive com o 3º setor, no âmbito do sistema AUDESP).

Em resposta ao item 07, informamos que todas as informações e relatórios provenientes do Controle Interno são encaminhados para ciência do Prefeito Municipal. Com relação às providências, desde a criação da controladoria, foram detectadas apenas falhas e questionamentos pontuais, sanados pela própria controladoria. Ao final do exercício de 2015, todas os apontamentos foram apresentados ao Prefeito que determinou a criação de um Plano de Trabalho com fluxograma dos trâmites a serem seguidos pelas entidades quando da elaboração de planos e convênios, além da realização de palestras e reuniões de controle preventivo.

No que tange aos processos de adiantamentos, foram implementadas mudanças, no exercício anterior, com base nas orientações em reuniões com o Prefeito e todos os Secretários, por parte da controladoria, de notas passíveis ou não de ressarcimento, bem como de cumprimento de prazo para a prestação de contas. Tais medidas, geraram efeito, visto que no presente exercício, não houve problemas com nenhum dos processos de adiantamentos. Além disso, o controle interno tem alertado, incessantemente, a todas as Secretarias, acerca da necessidade da contenção de despesas, como a diminuição dos gastos com papel, impressões, materiais de escritório e limpeza, otimização do setor de frota com melhor agendamento de viagens, visando a diminuição de gastos com combustível.

A



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA DE CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Gerencia de Auditoria e Controle Interno
(19) 3806-1819



Todas as medidas supramencionadas vêm sendo realizadas no dia a dia, sem uma data específica, mas, sempre buscando o atendimento das necessidades solicitadas, com orientações preventivas, buscando auxiliar, de modo mais eficaz e produtivo, a inserção das atividades da Controladoria, no Município.

Mogi Mirim, 03 de novembro 2016.

Thiago Matioli Kleinfelder
Secretário de Captação, Gestão e Controle



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM – SP

Secretaria de Captação, Gestão e Controle

Gerência de Auditoria e Controladoria

(19) 3862-2523

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

REGULAMENTAÇÃO

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim foi regulamentado através da promulgação da Lei Complementar nº 278 de 27 de dezembro de 2013, por meio dos seguintes artigos:

Artigo 5º, II, “c”: cria como órgão estratégico da Prefeitura, a Secretaria de Captação, Gestão e Controle.

Artigo 11, III: descreve as competências específicas da Secretaria de Captação, Gestão e Controle:

- d) exercer o controle interno da administração pública municipal;
- e) criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo;
- f) propor parâmetros caracterizadores de gestão, racionalização administrativa e otimização operacional da execução de contratos, convênios e demais ajustes aos respectivos gestores;
- g) acompanhar e verificar, a partir de requisição do Prefeito Municipal, o cumprimento de prazos, alocação de recursos, pagamentos, cronograma de obras, entre outros itens, relacionados aos contratos mantidos pela Administração Direta e Indireta junto a terceiros, obedecendo as normas legais vigentes no tocante à Administração Pública, inclusive em relação ao cumprimento de exigências relativas a execuções de obras com financiamento oriundo de organismos financeiros nacionais e/ou internacionais;
- h) acompanhar, nos casos que lhe forem submetidos pelo Prefeito Municipal, a execução dos contratos e convênios, bem como as respectivas prestações de contas, propondo, aos órgãos competentes, as medidas preventivas e de controle cabíveis;
- i) promover, em articulação com a Secretaria de Negócios Jurídicos, estudos, projetos e pesquisas que estimulem a adoção de novos métodos, diretrizes, parâmetros, técnicas e ferramentas voltados para a melhoria da gestão pública, com atividades de apoio à inovação;
- j) realizar, por determinação do Prefeito Municipal, outras ações ligadas à gestão e controle;
- k) exercer outras atividades correlatas.

Artigo 17: criou a função do Controlador Interno, nível superior de escolaridade, subordinado à Secretaria de Captação, Gestão e Controle, com as seguintes atribuições:

- I- avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM – SP

Secretaria de Captação, Gestão e Controle

Gerência de Auditoria e Controladoria

(19) 3862-2523

seus resultados.

II – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

III – comprovar a legalidade dos repasses às entidades do Terceiro Setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município.

V – apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

VI – em conjunto com autoridades da administração financeira do município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.

VII – atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DE EQUIPE

No ano de 2014 foi aberto o edital de concurso público nº 01, a fim se contratar profissionais das mais diversas áreas, dentre eles, um contador para compor o Controle Interno da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim. No dia 07/03/2015 houve a convocação do mesmo. A Gerência de Auditoria e Controladoria é composta pelos seguintes profissionais: contador, coordenador e auditora.

PROCEDIMENTOS DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim tem como finalidade assegurar que o objetivo primordial de todo órgão público, que é o de atender às necessidades básicas da população, seja cumprido de maneira eficiente e eficaz, evitando que riscos possam interferir no resultado das metas a serem alcançadas.

Isto será realizado por meio do auxílio aos gestores da organização, disponibilizando informações relevantes e tempestivas a fim de que possam ser úteis ao processo de tomada de decisão. Além disso, é papel do Controle Interno assegurar ao gestor que as ações por ele executadas ou delegadas a terceiros estejam em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Também deverão estar em consonância com a Lei nº 4.320/1964, Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM – SP

Secretaria de Captação, Gestão e Controle

Gerência de Auditoria e Controladoria

(19) 3862-2523

Complementar nº 101/2000, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade), instruções e resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Lei Municipal 278/2013 e demais normas que vierem a ser criadas e aplicadas neste campo.

Certificamos que o processo de implantação do Controle Interno ainda está em andamento e as seguintes atividades estão sendo realizadas:

- Visita às Secretarias, a fim de verificar o andamento dos procedimentos de prestações de contas dos serviços prestados pelas entidades do Terceiro Setor através da celebração de convênios.
- Análise das prestações de contas financeiras dos convênios celebrados entre a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e as entidades do Terceiro Setor.
- Participação nas reuniões realizadas pela equipe da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, responsável pelo estudo, discussão e elaboração dos procedimentos de adaptação à Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório do Terceiro Setor), que entrará em vigor em 23/01/2016. O Controle Interno ficou responsável pela elaboração do manual de prestação e contas exigido pela referida Lei Federal e o mesmo já está sendo desenvolvido.
- Inserção em tempo real, das informações oriundas de ajustes com o terceiro setor celebrados a partir de 04/05/2015, com valor superior a 500 UFESPs (R\$ 10.625,00), em consonância ao Comunicado SDG nº 15/2015, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Implantação do Sistema de Seletividade para Contratos, Atos Jurídicos Análogos e Ajustes, inclusive com o 3º setor, no âmbito do sistema AUDESP).
- Parecer técnico sobre a regularidade das prestações de contas dos gastos efetuados sob o regime de adiantamento de numerário (despesas com viagens e diárias, materiais de consumo e serviços de terceiros), conforme artigos 68 e 69 da Lei 4.320/64; Lei Municipal 3.710/2002; Decreto Municipal 5.413/2011 e Comunicado 32/2012 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- Parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas anual das entidades do Terceiro Setor, receptoras de recursos públicos (conforme Instrução Normativa nº 02/2008; Resolução 02/2015 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM – SP

Secretaria de Captação, Gestão e Controle

Gerência de Auditoria e Controladoria

(19) 3862-2523

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

RESULTADOS

Referente ao exercício de 2015, até o momento não foram detectadas irregularidades que comprometessem a boa utilização dos recursos públicos, conforme segue:

I- Quanto à análise das prestações de contas dos repasses efetuados às entidades do Terceiro Setor, apesar de emitirmos parecer apenas ao final do exercício, as prestações de contas são aferidas mensalmente e até o momento não foram detectadas irregularidades nos gastos efetuados.

Observação: As prestações de contas dos recursos recebidos pelas entidades do Terceiro Setor, no exercício de 2014, por meio de convênios e repasses estaduais e federais foram aprovadas.

II – A avaliação das visitas realizadas às Secretarias será realizada semestralmente, devendo ser emitida em dezembro de 2015.

Mogi Mirim, 26 de agosto de 2015.



PARECER CONCLUSIVO ANUAL DE REPASSES AO TERCEIRO SETOR- EXERCÍCIO 2015.

A Comissão de análise e acompanhamento de repasses ao Terceiro Setor - Relativo à Subvenções, nomeada através da Portaria nº 241/2016 de 08/06/2016, em observância as atribuições das IN. 02/2008 - Resolução 08/2008 e artigo 48 da Lei Federal nº 101/2000 emite por este, seu Parecer Conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados ao Terceiro Setor.

Exercício: 2015

Interessado: SOCIEDADE SANTO ANTONIO DE MOGI MIRIM

Prestação de Contas anual Recebida em: 19 /02 / 2016

Município de Mogi Mirim.

Localização da Conveniada:Rua Manaus, nº 226- Jardim Getulio Vargas-Mogi Mirim/SP - CEP:13.801-500 - Fone: (19) 3806-2777.

Descrição do Objeto: Acolher idosos (as) com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, incentivando o desenvolvimento do seu protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária, desenvolvendo condições para a independência e o auto cuidado (Sec. Assist. Social). E a transferência de recursos financeiros via Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- para execução de projeto apresentado e aprovado no FMDPI.

(X)Atestamos que a Conveniada atendeu o Plano de Trabalho proposto, comprovando, através do cumprimento de metas qualitativas e quantitativas, a economicidade e eficiência para com o município na prestação do Convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Rua José Finotti, 155- Jardim Bicentenário - Fone: (19) 3806.1819



Dos Repasses Concedidos/ Datas/Fontes Recurso (2 TABELAS) :

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM - SP									
SECRETARIA DE CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE									
GERÊNCIA DE AUDITORIA									
(19) 3806-1819									
SUBVENÇÃO									
Sociedade	Valor Transferido	DATA	ESTADUAL	DATA	ITAU	DATA	FEDERAL	DATA	SAÚDE
Santo Antônio de Mogi Mirim		28/01/15	R\$ 959,94	10/03/15	R\$ 194.000,00	16/03/15	R\$ 1.016,04	05/02/2015	R\$ 7.987,50
		29/04/15	R\$ 2.879,82			28/05/15	R\$ 1.016,04	25/02/2015	R\$ 7.987,50
		01/06/15	R\$ 959,94			24/06/15	R\$ 1.016,04	17/03/2015	R\$ 7.987,50
		30/05/15	R\$ 959,94			22/07/15	R\$ 508,02	15/04/2015	R\$ 7.987,50
		27/07/15	R\$ 959,94			02/09/15	R\$ 508,02	15/05/2015	R\$ 7.987,50
		01/09/15	R\$ 959,94			29/09/15	R\$ 1.016,04	15/07/2015	R\$ 7.987,50
		01/10/15	R\$ 959,94			11/11/15	R\$ 508,02	12/08/2015	R\$ 7.987,50
		22/10/15	R\$ 959,94			11/12/15	R\$ 508,02	08/10/2015	R\$ 7.987,50
		25/11/15	R\$ 959,94			23/12/15	R\$ 508,02	20/10/2015	R\$ 7.987,50
		21/12/15	R\$ 959,95					03/12/2015	R\$ 7.987,50
								16/12/2015	R\$ 7.987,50
	Saldo Remanescente Exercício Anterior								R\$ 0,01
	reembolso de pgto Indevido								
	Reembolso de tarifa		R\$ 366,55		R\$ 194,70		R\$ 388,00		R\$ 257,79
	Valor Proveniente Aplicação Financeira				R\$ 15.765,74				R\$ 132,45
	SUB TOTAL		R\$ 11.885,85		R\$ 209.960,44		R\$ 6.992,26		R\$ 88.252,75
	Valor Comprovado		R\$ 11.885,85		R\$ 123.781,74		R\$ 6.992,26		R\$ 88.232,45
	Recurso Próprio Utilizado								R\$ 20,30
	Saldo Devolvido para o Órgão Concessor								
	Valor autorizado para o Exercício seguinte		R\$ -		R\$ 86.178,70		R\$ -		



SUBVENÇÃO							
Sociedade	Valor Transferido	DATA	MUNICIPAL	DATA	FMDPI-ITAU	DATA	SALDO REM.
Santo Antônio de Mogi Mirim		03/02/2015	R\$ 14.491,77	11/12/2016	R\$ 18.379,80		
		03/03/2015	R\$ 14.491,77				
		11/03/2015	R\$ 14.491,77				
		20/04/2015	R\$ 14.491,77				
		14/05/2015	R\$ 14.491,77				
		14/07/2015	R\$ 13.525,62				
		24/08/2015	R\$ 14.008,74				
		22/09/2015	R\$ 13.525,68				
		16/11/2015	R\$ 13.525,68				
		17/12/2015	R\$ 13.042,62				
	Saldo Remanescente Exercício Anterior						R\$ 101.833,54
	reembolso de pgto indevido						R\$ 1.453,17
	Reembolso de tarifa		R\$ 365,35		R\$ 44,66		R\$ 28,50
	Valor Proveniente Aplicação Financeira		R\$ 118,49		R\$ 58,50		R\$ 4.085,96
	SUB TOTAL		R\$ 140.571,03		R\$ 18.482,96		R\$ 107.401,17
	Valor Comprovado		R\$ 140.571,03		R\$ 11.624,18		R\$ 107.401,17
	Recurso Próprio Utilizado						
	Saldo Devolvido para o Órgão Concessor						
	Valor autorizado para o Exercício seguinte		R\$ 0,00		R\$ 6.858,78		R\$ 0,00

Finalidade Estatutária da Conveniada:

-Acolhimento de longa permanência para idosos de ambos os sexos com dependência física, que requerem o apoio e proteção em suas atividades de vida diária, promovendo ações socioassistenciais, culturais esportivas e de lazer, proporcionando atendimento de qualidade e personalizado em unidade institucional com características domiciliar.

- A fim De cumprir a finalidade, a SSMM poderá firmar termos de parceria e cooperação, contratos, convênios e articular-se de forma conveniente, com empresa, instituições e órgãos públicos de qualquer nacionalidade.



Examinamos as contas do SOCIEDADE SANTO ANTONIO DE MOGI MIRIM relativas ao ano-exercício de 2015, considerando o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, eficiência, eficácia, razoabilidade e finalidade pública, bem como as normas pertinentes à contabilidade e aos atos dos administradores e gestores das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, em especial a Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320, de 1964, e a Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre a regularidade das contas do administrador público, relativa aos seus atos de gestão e à execução orçamentária, financeira e patrimonial da instituição.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com normas de auditoria aplicáveis à Administração Pública e compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando os padrões normativo, gerencial, operacional e informacional, os controles internos e os registros contábeis;
- b) a constatação, com base na aplicação das técnicas e testes de auditoria, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgadas sobre a execução orçamentária da receita e sobre a execução orçamentária e física da despesa;
- c) avaliação das normas, procedimentos e práticas usualmente adotadas pela Administração Pública quanto à execução e controle da ação governamental, tendo como base o cumprimento dos princípios constitucionais que a regem.

Esta Comissão, na qualidade de responsável pela análise e emissão do parecer conclusivo da presente prestação de contas, em cumprimento ao art. 370 da IN 02/2008, ATESTA ainda:

- (X) O cumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Convênio.
- (X) A regularidade dos gastos efetuados e sua contabilização.
- (X) Atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade dos resultados alcançados.
- (X) Conformidade dos gastos com a Lei 8.666/1993.



- (X) Regularidade de recolhimento de encargos trabalhistas.
(X) Cópia dos documentos de despesas apresentadas pelo beneficiário correspondem aos originais.

Não houve qualquer devolução, pela entidade, ao órgão concedente, haja vista, todos os gastos terem sido efetuados dentro dos parâmetros do Plano de Trabalho apresentado e aprovado, bem como sido efetivados dentro do exercício fiscal.

A coluna "**Saldo Autorizado para Aplicação no exercício seguinte**", refere-se a saldo de Termos firmados durante o exercício de 2015, porém, com vencimento durante o exercício de 2016, ou seja, sem coincidência com o final do ano fiscal.

Devido à crise financeira que envolveu todos os entes da Federação, qual culminou no atraso dos repasses e transferências constitucionais, oriundos, em escala, da União, do Estado consequentemente, o Município, acabou por atrasar os repasses às entidades, não deixando, contudo, de obedecer à ordem cronológica de pagamentos.

Em razão do atraso nos pagamentos, não pudemos exigir que as entidades deixassem de arcar com eventuais pagamentos de multas e correções aos seus respectivos credores, em razão do efeito cascata.

Nesse diapasão, o olhar desta Comissão aos gastos executados e comprovados deu-se sob o prisma do regime de competência e não do regime de caixa.

Por fim, atestamos que a presente Prestação de Contas foi regular, atendendo as expectativas de retorno do recurso investido e repassado a Conveniada, tendo a mesma concretizado a execução de sua finalidade integralmente.

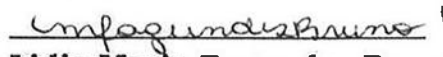
Exaramos, portanto **PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DA -SOCIEDADE SANTO ANTONIO DE MOGI MIRIM -EXERCÍCIO DE 2015.**



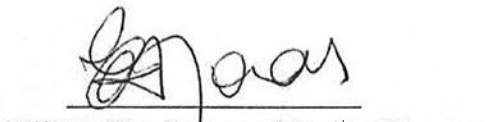
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
SECRETARIA CAPTAÇÃO, GESTÃO E CONTROLE
Rua José Finotti, 155– Jardim Bicentenário – Fone: (19) 3806.1819

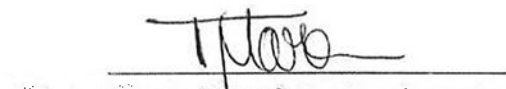


Mogi Mirim, 22 de junho de 2016.


Lidia Maria Fagundes Bruno
Coordenadora de Auditoria


Thiago Matioli Kleinfelder
Auditor


Elisanita Aparecida de Moraes
Secretária de Finanças


Tânia Mara Rossi O. Sackzenian
Secretária Negócios Jurídicos



PARECER TÉCNICO - CONTROLE INTERNO

Parecer técnico sobre a regularidade da prestação de contas do processo de adiantamento de numerário para despesas nº 039/2016, concedido ao servidor responsável Sarah Soares, em 24/02/2016.

Foi realizada a análise da prestação de contas do processo de adiantamento acima identificado, bem como do respectivo relatório de apontamentos emitido pela equipe da Secretaria de Finanças (em anexo), em ambos os casos não sendo constatadas irregularidades.

Desta maneira, entendemos, com base na documentação apresentada e no relatório encaminhado pela Secretaria de Finanças, que houve o cumprimento das exigências constantes no Comunicado SDG nº19/2010 – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como da Legislação e regulamentação municipal sobre o tema - Lei 3.710/2002, Decretos nº 3.856/2005 e 5.413/2011, além do atendimento aos princípios de legalidade, eficiência e economicidade.

Portanto, exaramos Parecer Favorável à aprovação da presente prestação de contas.

Mogi Mirim, 16 de junho de 2016.

THIAGO MATIOLLI KLEINFELDER
AUDITOR

LIDIA MARIA FAGUNDES BRUNO
COORDENADORA DE AUDITORIA

ep. 2038
pg. 24/02/16



Protocolo nº 008610/2015

Requerente: Secretaria de Educação

Assunto: Parecer acerca da possibilidade de pagamento às empresas Viação Santa Cruz Ltda e Santa Cruz Transportes Ltda.

A Secretaria de Finanças,

Trata-se de solicitação de manifestação da Auditoria e Controladoria, acerca da possibilidade de pagamento do valor de **R\$ 159.901,00** (cento e cinquenta e nove mil novecentos e um reais) as empresas **VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA e SANTA CRUZ TRANSPORTES LTDA**, conforme contratos nº 045 e 046/2014 e posteriores aditamentos.

Tal valor é referente ao fornecimento de passes escolares urbanos e intermunicipais conforme planilhas apresentadas no pela Secretaria de Educação, (fls. 170/209).

Houve informação da Secretaria de Saúde de que há dotação orçamentária, embora não haja recursos financeiros, sendo, portanto, no presente momento, inviável o pagamento. Porém, entendemos que, em razão da existência de Empenhos realizados (nºs 6853,6857 e 6858/2016), estão presentes os requisitos contábeis necessários ao parecer desta Auditoria.

Ante todo o exposto, a Auditoria e Controladoria entende que estão presentes os requisitos legais e contábeis para a admissibilidade do pagamento e **OPINA, FAVORAVELMENTE**, à execução deste, **DESDE QUE A SECRETARIA REQUISITANTE PROVIDENCIE O RECURSO FINANCEIRO PARA A EXECUÇÃO DO MESMO**.

Por derradeiro, informamos que o presente parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, a este, decisões futuras, visto que foi confeccionado com base nos relatórios, planilhas e despachos apresentados pelas Secretarias envolvidas.

Mogi Mirim, 11 de outubro de 2016.

THIAGO MATIOLLI KLEINFELDER

AUDITOR